

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Pouca diversidade e coesão ideológica no primeiro escalão do novo governo	2
Título: Aneel fará pente-fino em subsídios na conta de luz.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Bolsonaro quer anular ida de Marun para Itaipu	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Os 22 ministros de Bolsonaro	7
Título: Privatização gera dúvidas.....	10
VEÍCULO: Valor Econômico.....	11
Título: Petróleo nos EUA e geração renovável marcam 2018	11
Título: Destaques	16
Título: Eletrobras vai priorizar Angra 3 e Itaipu	16
Título: Curta.....	18
Título: Um ano difícil para as empresas sucroalcooleiras.....	19
Título: Estatais se destacam em ano de alta da bolsa.....	20
Título: Disciplina militar pode ser eficiente na infraestrutura	22
Título: Bolsonaro é primeiro presidente eleito com base política no Rio.....	29

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/01/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Pouca diversidade e coesão ideológica no primeiro escalão do novo governo**

Montado sem indicação das cúpulas partidárias, ministério tem só duas mulheres e nenhum negro. Titulares são alinhados às posições de direita do chefe

1. André Luiz de Almeida Mendonça (AGU)

O advogado irá comandar a Advocacia Geral da União (AGU), de onde é consultor jurídico e já foi corregedor-geral. Sua meta é recuperar R\$ 25 bilhões nos próximos dois anos com colaboração de empresas que admitiram irregularidades em contratos públicos.

2. Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo)

Gaúcho de 66 anos, é general da reserva com experiência em situações de violência e conflitos urbanos. Ele comandou missões de paz da ONU no Haiti, entre 2007 e 2009, e na República Democrática do Congo, de 2013 a 2015. Inicialmente, Santos Cruz seria indicado para comandar a Segurança Pública, mas, conforme ele mesmo afirmou, o pedido do presidente teve prioridade no cargo que ocupará.

3. Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos)

Pastora evangélica e advogada de 38 anos, foi escolhida para comandar a pasta que tratará diretamente dos direitos de minorias e dos direitos humanos. Assessora parlamentar da Frente Parlamentar Evangélica e do senador Magno Malta (PR-ES). Também ficará sob seu comando a Funai.

4. Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional)

Paranaense de 40 anos, era o secretário-executivo do ministério da Integração. Servidor de carreira do Ministério do Planejamento, é formado em Engenharia de Computação pela Unicamp e em Direito pelo UniCEUB. Sua pasta vai reunir as áreas de Cidades e Integração Nacional.

5. Ricardo Salles (Meio Ambiente)

Foi secretário de Meio Ambiente de São Paulo entre 2016 e 2017, na gestão Alckmin. Advogado de 43 anos, teve apoio dos ruralistas e da Fiesp. Já foi denunciado pelo MP de São Paulo por fraude em mapas de preservação ambiental do Rio Tietê para beneficiar setores econômicos.

6. Bento Costa Lima (Minas e energia)

Almirante, é considerado um defensor da tecnologia nuclear desenvolvida no Brasil como estratégica para fortalecer a soberania do país. Carioca, Bento tem 60 anos e iniciou sua carreira na Marinha em 1973. Tem pós-graduação em Ciências Políticas e MBA em Gestão Pública pela Fundação Getulio Vargas.

7. Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia)

Oficial da reserva da Aeronáutica de 55 anos, ganhou fama ao ser o primeiro brasileiro a ir ao espaço, em 2006. Pretende liberar que o setor privado faça investimentos em pesquisas de universidades públicas.

8. Marcelo Álvaro Antônio (Turismo)

Deputado federal mais votado em Minas Gerais, Marcelo Antônio integra a frente religiosa na Câmara. Em 2016, concorreu à prefeitura de Belo Horizonte pelo PR, ante de migrar para o PSL. É ligado à Igreja Maranata.

9. Wagner Rosário (Transparência e CGU)

Manteve-se no cargo que ocupava na gestão Temer. Antes de assumir a CGU, Rosário passou 27 anos servindo ao Exército.

10. Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral)

O advogado de 54 anos conheceu o presidente em 2017 e ganhou sua confiança. Presidiu o PSL durante o ano. É considerado um desafeto de Carlos Bolsonaro.

11. Augusto Heleno (Segurança Institucional)

É um dos auxiliares mais próximos do presidente, ajudando, inclusive, a redigir discursos. General da reserva, de 71 anos, foi o primeiro comandante da Missão de Paz da ONU no Haiti. É considerado o líder do núcleo militar do governo.

12. Roberto Campos Neto (Banco Central)

Neto de Roberto Campos, ministro do governo Castelo Branco (1964-1967), é formado em Economia pela Universidade da Califórnia e fez carreira em

instituições financeiras. Recentemente, era diretor de tesouraria do Santander Brasil. Tem 49 anos.

13. Osmar Terra (Cidadania)

Foi ministro de Desenvolvimento Social de Temer. Aos 68, ele se reelegeu deputado federal pelo MDB. Sob sua pasta, estarão programas importantes como o Bolsa Família.

14. Tereza Cristina (Agricultura)

Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), tem 64 anos. Engenheira agrônoma, foi secretária de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo do Mato Grosso do Sul por sete anos.

15. Paulo Guedes (Economia)

O “Posto Ipiranga” de Bolsonaro tem 69 anos e será o mais poderoso ministro da área econômica desde o fim da ditadura militar. De perfil liberal e ortodoxo, ele defende uma forte agenda de privatizações. Será responsável pela proposta de reforma da Previdência do governo e já prometeu “meter a faca no Sistema S”, cortando 50% dos recursos destinados às entidades.

16. Fernando Azevedo e Silva (Defesa)

Ex-chefe do Estado Maior do Exército, o general já anunciou os novos comandantes das Forças Armadas e declarou que está analisando o pedido de prorrogação da permanência do Exército no Rio de Janeiro, feito pelo governador eleito Wilson Witzel.

17. Onyx Lorenzoni (Casa Civil)

Deputado federal por quatro mandatos, o gaúcho de 64 anos será o responsável pela articulação político do governo. Comandou os trabalhos na transição. Já admitiu ter recebido dinheiro via caixa dois para campanhas eleitorais.

18. Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública)

É a estrela do ministério. GANHOU fama e admiradores pela condução dos processos da Lava-Jato. No governo, nomeou integrantes da Lava-Jato e pretende priorizar o combate à corrupção e à violência.

19. Ernesto Araújo (Relações Exteriores)

Aos 51 anos, assumiu o Itamaraty sem ter comandado uma embaixada. Seu nome teve apoio do filósofo Olavo de Carvalho e do deputado Eduardo Bolsonaro.

20. Tarcísio de Freitas (Infraestrutura)

Militar da reserva, Tarcísio Freitas foi diretor executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no governo Dilma. No Exército, também esteve na Missão de Paz da ONU no Haiti.

21. Ricardo Vélez Rodríguez (Educação)

O colombiano naturalizado brasileiro é o mais velho da equipe, com 75 anos. Em discurso alinhado ao ideário de Bolsonaro, tem dito que sua principal missão é extirpar a “doutrina marxista” das escolas brasileiras.

22. Luiz Henrique Mandetta (Saúde)

É deputado federal (DEM-MS) e médico ortopedista. É investigado pelo MPF por supostamente ter favorecido duas empresas num contrato público de R\$ 9,9 milhões quando era secretário de Saúde de Campo Grande.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/01/2019

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Aneel fará pente-fino em subsídios na conta de luz

Segundo agência, objetivo é reduzir custos dos benefícios, divididos por todos os consumidores

A Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) pretende fazer um pente-fino em todos os subsídios concedidos a vários tipos de consumidores nas contas de luz e que são custeados por todos que pagam tarifas de energia no país.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, informou que pretende fazer uma avaliação de todos os subsídios, exceto os concedidos a famílias de baixa renda. Os recursos para bancar os descontos são arrecadados por meio do encargo Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é dividida por todas as faturas de energia.

ARRECADAÇÃO DE R\$ 20 BI

O objetivo da varredura é verificar se algum consumidor estaria recebendo o benefício sem necessidade, e, com isso, reduzir as contas de energia elétrica de todos os consumidores.

No ano passado, a CDE arrecadou cerca de R\$ 18 bilhões para bancar subsídios. Em 2019, a previsão é que sejam cobrados nas contas de luz R\$ 20,6 bilhões para sustentar os benefícios.

A Aneel informou que os subsídios concedidos às famílias de baixa renda sob a forma de tarifa social ficarão de fora da avaliação porque o cadastramento dos beneficiários já foi feito em 2014. Segundo a agência, 4,3 milhões de pessoas perderam a tarifa com desconto após a análise.

REDUÇÃO GRADUAL

O pontapé inicial do plano da Aneel foi dado no último dia 28 de dezembro, quando o governo federal publicou um decreto que elimina de forma gradativa, nos próximos cinco anos, os subsídios que são concedidos aos consumidores de áreas rurais e para companhias de água, esgoto e saneamento.

O custo desses descontos também é bancado pela CDE. A estimativa de especialistas do setor elétrico é que a retirada gradual dos subsídios a esses dois setores reduza as contas de luz entre 0,4% e 0,6% por ano, ou seja, cerca de 2,5% ao fim dos cinco anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/01/2019

Seção: Andreza Matais

Autor:

Título: Bolsonaro quer anular ida de Marun para itaipu

Coluna do Estadão

O presidente Jair Bolsonaro vai rever o ato de seu antecessor, Michel Temer, que nomeou no último dia do seu governo o ex-ministro Carlos Marun para o conselho da itaipu Binacional, com mandato até 2020. Ontem pela manhã, antes de tomar posse, Bolsonaro disse a interlocutores que não gostou da atitude de Temer, tomada no apagar das luzes e que contraria sua decisão de nomear técnicos também no segundo escalão. O cargo garantiria a Marun, articulador político de Temer, salário de R\$ 27 mil para participar de reuniões bimestrais.

» Plano B. Marun foi avisado de que sua nomeação deve ser anulada. Se isso acontecer, ele volta à Câmara dos Deputados para cumprir seu mandato até o próximo dia 31, quando acaba a legislatura. O ex-ministro não tentou a reeleição.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/01/2019

Seção: Política

Autor: Ingrid Soares

Título: Os 22 ministros de Bolsonaro

Os 22 ministros de Jair Bolsonaro (PSL) assumem hoje o comando das pastas. Eles tomaram posse no fim da tarde de ontem, em cerimônia em que o presidente assinou a indicação de Roberto Campos Neto como presidente do Banco Central. O Senado ainda precisa aprovar a escolha. Em campanha, o então candidato havia prometido reduzir de 29 para 15 o número de ministérios.

O primeiro ministro a ser empossado foi Sérgio Moro, ex-juiz federal que comandará o Ministério da Justiça. Na sequência, tomou posse o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, um dos nomes mais próximos de Bolsonaro desde a campanha presidencial.

As cerimônias de transmissão de cargo de cada ministério serão realizadas hoje. As primeiras estão marcadas para as 9h, quando vão assumir os postos, Onix, os ministros do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, e da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno.

Confira o perfil dos escolhidos de Bolsonaro.

Os escolhidos

Paulo Guedes,
ministro da Economia Carioca, o economista de 69 anos tem doutorado. Liberalista, defende uma menor participação do Estado na economia. Fundou e presidiu o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec).

Sérgio Moro,
ministro da Justiça Nascido em Maringá, o juiz de 46 anos ganhou fama ao julgar os primeiros casos da Operação Lava-Jato, à frente da 13ª Vara Federal de Curitiba. Ele é mestre e doutor em direito.

Onyx Lorenzoni,

ministro da Casa Civil Deputado federal há 16 anos, o médico veterinário foi eleito deputado federal por mais quatro anos. Foi um dos primeiros a apoiar a candidatura do presidente eleito.

Augusto Heleno,

Gabinete de Segurança Institucional Aos 71 anos, o general de quatro estrelas da reserva do Exército comandou a missão da ONU no Haiti. Também administrou o Comando Militar da Amazônia, um dos cargos mais relevantes do Exército.

Gustavo Bebianno,

secretário-geral da Presidência O advogado de 54 anos é mestre em finanças corporativas e tem pós-graduações em gestão corporativa, em administração de empresas e em direito da economia e da empresa.

Carlos Alberto dos Santos Cruz,

secretaria de Governo Nascido em Rio Grande (RS), o general de divisão de 66 anos é engenheiro civil e foi adido militar do Brasil em Moscou. De 2007 a 2009, comandou as tropas da ONU no Haiti.

Luiz Henrique Mandetta,

ministro da Saúde Deputado federal por dois mandatos, o ortopedista de 54 anos foi responsável pela área de saúde do plano de governo de Bolsonaro. Foi secretário de Saúde de Campo Grande (MS).

Ricardo Vélez Rodríguez,

ministro da Educação O colombiano naturalizado brasileiro de 75 anos tem graduação em filosofia, graduação em teologia, mestrado em filosofia, doutorado em filosofia e pós-doutorado.

Tereza Cristina,

ministra da Agricultura Engenheira agrônoma e empresária, a deputada federal foi reeleita para o segundo mandato, aos 64 anos. Ela ocupou a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Ernesto Araújo,

ministro das Relações Exteriores Diplomata de carreira, serviu na Missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas, e na Embaixada do Brasil na Alemanha, entre outras embaixadas.

Marcos Pontes,

ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Nascido em Bauru (SP), o engenheiro aeronáutico de 55 anos é mestre em engenharia de sistemas, bacharel em administração pública e o primeiro brasileiro (e ainda único) a ir ao

espaço.

Fernando Azevedo e Silva,
ministro da Defesa Carioca de 64 anos e general de Exército desde 2014, foi chefe de Operações do II Contingente do Brasil na Missão da ONU do Haiti e comandou o Estado-Maior do Exército.

Tarcísio Gomes de Freitas,
ministro da Infraestrutura
Consultor legislativo da Câmara dos Deputados e ex-diretor do Dnit, foi chefe da seção técnica da Companhia de Engenharia do Brasil na Missão da ONU no Haiti.

Gustavo Canuto,
ministro do Desenvolvimento Regional
O paranaense tem 40 anos e é servidor efetivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Foi chefe de gabinete do Ministro da Integração Nacional e assumiu a Secretaria Executiva da pasta em agosto.

Osmar Terra,
ministro da Cidadania
Médico, o gaúcho de 68 anos foi prefeito de Santa Rosa (RS), em 1992. Está no sexto mandato como deputado federal pelo MDB, reeleito em 2018.

Damara Alves,
ministra das Mulheres,
Família e Direitos Humanos
A paranaense de 54 anos é educadora, advogada, assessora parlamentar e defensora dos direitos humanos. Tem um projeto de lei sobre a criação do Estatuto do Nascituro.

Ricardo de Aquino Salles,
ministro do Meio Ambiente
O bacharel em direito de 43 anos foi secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo entre 2016 e 2017, na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB).

Bento Costa Lima, ministério de Minas e Energia

O almirante de esquadra, foi chefe de gabinete do Estado-Maior da Armada, chefe do gabinete do Comandante da Marinha e secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha.

Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo
O deputado federal foi vereador em Belo Horizonte. Nas eleições de 2018, aos 44 anos, coordenou as ações de campanha de Jair Bolsonaro em Minas Gerais. É presidente do PSL mineiro.

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central
Mestre em economia, tem 49 anos e é neto de Roberto Campos, que comandou o Ministério do Planejamento no governo de Castelo Branco (1964-1967).
Trabalhou nos bancos Bozano Simonsen e Santander.

Wagner Rosário, ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)
Conhecido por seu perfil técnico, permanece à frente da pasta que assumiu em junho de 2017. É auditor federal de Finanças e Controle da CGU desde 2009. Foi capitão do Exército.

André Luiz de Almeida Mendonça, ministro da Advocacia-Geral da União (AGU)
Advogado, exerceu os cargos de corregedor-geral e diretor de Patrimônio e Probidade. É doutor em direito e governança global e mestre em estratégias anticorrupção e políticas de integridade.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/01/2019

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Privatização gera dúvidas

A agenda liberal da equipe econômica, liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, passa pela redução do tamanho do Estado e pela aceleração do ritmo de privatizações das estatais federais, muitas delas deficitárias, inchadas e ineficientes. O novo governo também sinaliza a ampliação do programa de concessões em infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Na avaliação de especialistas, as duas agendas são positivas para atrair investimentos ao país. Mas, vender estatais federais será um desafio enorme e demandará tempo. O consenso entre analistas é de que as privatizações não serão suficientes para equilibrar as contas públicas, que entrarão em 2019 no vermelho pelo sexto ano consecutivo. Além disso, ainda não se sabe se o capital político de Bolsonaro no início de governo será suficiente para fazer tudo o que o mercado espera na seara econômica

O coordenador do mestrado de políticas públicas do Insper, Sandro Cabral, avalia que o novo governo precisará tocar as reformas estruturais em primeiro plano. “Há dúvidas sobre a linha que será adotada nessas duas frentes, porque há grupos antagônicos dentro do governo, que podem resistir às propostas do

ministro da Economia, seja por interesses estratégicos, seja de ordem fisiológica”, afirma.

Os analistas lembram ainda que nem todas as empresas despertarão interesse de investidores privados. Cabral vê com desconfiança, por exemplo, a venda do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, um dos mais rentáveis da Infraero, assim como a extinção da estatal, que tem participação em vários terminais já privatizados, como Guarulhos e Viracopos. A concessão deste último, inclusive, precisará ser revista, porque está com as contas desequilibradas. “O mercado cria expectativa em torno da venda de Congonhas, mas ainda não sabemos se essa agenda vai adiante ou não, e em que velocidade.”

Pelas contas de especialistas ouvidos pelo Correio, a receita de privatizações deve ser bem inferior ao R\$ 1 trilhão previsto por Guedes durante a campanha eleitoral. As estimativas da economista Elena Landau, que comandou o processo de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, giram em torno de R\$ 150 bilhões e, as de Bráulio Borges, da LCA Consultores, de R\$ 170 bilhões. “A privatização está na prioridade do ministro da Economia. Minha expectativa é de que a ela seja usada para reorganizar setores da economia, gerar eficiência e produtividade, porque, sozinha, não resolve a questão fiscal”, pontua Elena.

Ela diz que tem dúvidas se todas as estatais serão mesmo privatizadas, pois Bolsonaro já sinalizou que não pretende se desfazer de Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Eletrobras. Além disso, a venda dessas empresas depende de autorização do Congresso, algo que pode demandar bastante tempo. Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, tem dúvidas se Bolsonaro pretende desperdiçar o capital político com esse assunto logo no início do governo. Para ela, o foco inicial precisa ser na reforma da Previdência. “A Previdência é a mãe das reformas. Sem ela, não há ajuste fiscal”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Ed Crooks | Financial Times

Título: Petróleo nos EUA e geração renovável marcam 2018

O crescimento da produção de petróleo nos EUA, os embates com a Opep, uso de carvão na China, o aumento da geração renovável e o desafio da armazenagem de energia foram destaques em 2018 e vão continuar nas agendas dos debates. A seguir cinco pontos que estarão na pauta do setor em 2019.

A produção de petróleo dos EUA disparou além das expectativas

Um ano atrás, a Administração de Informações sobre Energia do Departamento de Energia dos EUA previu que a produção americana de petróleo bruto subiria pouco menos de 600 mil barris/dia em 2018, de dezembro a dezembro. Isso acabou se revelando uma tremenda subestimativa: o aumento real foi de cerca de 1,6 milhão de b/d, e estima-se que a produção corrente dos EUA tenha chegado a cerca de 11,6 milhões de b/d neste período de encerramento de 2018. Esse índice é bem superior ao pico anterior, alcançado em 1970, e também está um pouco à frente do da Rússia, o segundo maior produtor mundial, que divulgou sua produção recorde de cerca de 11,4 milhões de b/d correspondente a outubro.

Com o fortalecimento da revolução do petróleo e gás de xisto nos EUA, suas consequências mundiais continuam a se impor. A pressão baixista que ela exerceu sobre os preços do petróleo exacerbou a crise na Venezuela e acentuou a necessidade de se realizarem reformas econômicas em outros países produtores, como a Arábia Saudita. Também obrigou os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) a se alinhar mais estreitamente com a Rússia, apesar de sua rivalidade de longa data, em vista da ameaça conjunta que enfrentam. Mais recentemente, a força da produção dos EUA também foi um fator que contribuiu para a queda vertical de 40% da produção de petróleo bruto ocorrida desde outubro, que a reduziu aos menores níveis dos últimos 15 meses.

A política climática internacional também foi profundamente influenciada pelo surto de crescimento do petróleo e gás de xisto. Em sessão de informes nas conversações climáticas da COP24 em Katowice, na Polônia, no mês passado, Wells Griffith, do governo dos Estados Unidos, festejou o "renascimento energético" que fez de seu país "o produtor número um de petróleo e gás somados do mundo". As atitudes dos EUA para com a política energética certamente teriam sido muito diferentes se o país fosse atualmente um grande e cada vez maior importador de petróleo e gás, como parecia provável em meados da década de 2000.

Surgiram tensões na aliança entre EUA e Arábia Saudita

A amizade dos EUA com a Arábia Saudita é a aliança mais duradoura do Oriente Médio, e sobreviveu a muitas provas desde a sua formação, na década de 1940. Mas o ressurgimento dos EUA como o maior produtor mundial de petróleo mudou a natureza dessas relações, e houve sinais, neste ano, do aparecimento de novas tensões. O presidente dos EUA, Donald Trump, fez questão de defender a aliança: na esteira do assassinato de Jamal Khashoggi, no consulado saudita em Istambul, o presidente americano insistiu reiteradamente na

importância da produção de petróleo do reino. O governo americano vê o apoio saudita como decisivo para sua estratégia de restabelecer as sanções ao Irã. Nem todos em Washington, no entanto, se revelaram tão ansiosos por conservar as boas graças da Arábia Saudita. Destacados senadores republicanos disseram haver "zero" grau de dúvida de que o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, estava envolvido no assassinato, e o Senado aprovou por 56 votos a 41 a retirada de apoio militar americano da frente, de liderança saudita, que luta no Iêmen. A crise desencadeada pelo assassinato de Khashoggi ameaça agora minar os ousados planos do príncipe herdeiro Mohammed de atrair investidores estrangeiros a fim de modernizar a economia saudita.

Do lado saudita também houve disposição de pôr à prova a solidez dessas relações. Apesar dos apelos e ameaças veladas de Trump, que pretendiam convencer a Opep a manter a produção elevada, a Arábia Saudita desempenhou papel decisivo nas pressões em favor do corte aprovado em Viena no início de dezembro.

A China responde por cerca de metade do consumo de carvão do mundo. Em vista disso, suas resoluções sobre o uso do combustível são decisivamente importantes para o mercado mundial e para as emissões de gases-estufa. A demanda por carvão do país asiático alcançou seu pico em 2013, e caiu cerca de 4% entre esse ano e 2016, diante das pressões do governo pela redução da poluição atmosférica da região. Esse esforço demonstrou algum sucesso: o ar de Pequim se tornou o mais limpo dos últimos dez anos. No entanto, as desvantagens das restrições ao uso do carvão também ficaram cada vez mais claras. No cortante frio do inverno passado (de dezembro a março no Hemisfério Norte), as regulamentações sobre a queima de carvão tiveram de ser abrandadas, porque os volumes de gás fornecidos às regiões do norte do país foram insuficientes para atender à demanda por calefação, e o consumo de carvão da China subiu em 2017 pela primeira vez em quatro anos. A China tenta evitar vivenciar uma crise de gás semelhante neste ano, e tem sido ajudada por um clima mais ameno. A situação, neste inverno, tem sido descrita como "até agora, tudo bem".

Mas está ficando cada vez mais claro que a ambição da China de melhorar a qualidade do ar é difícil de conciliar com sua necessidade de manter o crescimento dos postos de trabalho e da economia. Em um dos artigos mais importantes do ano, David Stanway e Joseph Campbell, da "Reuters", escreveram sobre a cidade do carvão de Jincheng, onde a investida em favor da limpeza "reverberou ondas de choque por toda a economia municipal". Trata-se de dinâmica política conhecida nos EUA e na Europa. Ao se desenrolar na China, o que está em jogo é ainda maior.

As preocupações com os efeitos de adotar medidas restritivas demais para o carvão e outras indústrias pesadas já parecem se fazer sentir na política ambiental da China. O mais recente plano trienal de poluição atmosférica, publicado em julho, parece menos exigente que os planos anteriores. Reitera as metas em vigor, fixadas em 2016, já alcançadas por dezenas de cidades. A qualidade do ar na área de Pequim, por seu lado, deu sinais de ter voltado a deteriorar. As cidades do norte da China ficaram cobertas por grandes extensões de ar contaminado em novembro.

A maior parte dos investimentos mundiais em energia renovável desde 2015 ocorreu em economias emergentes, com a China na liderança. No ano passado, quando os dados de 2017 foram reunidos e analisados, ficou claro o quanto os países de mais baixa renda dominam hoje os acréscimos mundiais de capacidade com energia renovável. Como diz a empresa de pesquisa Bloomberg NEF (BNEF) em seu relatório Climatescope divulgado em novembro: "Os países menos desenvolvidos estão agora, decididamente, impulsionando a transição energética". Em 2017 esses países aumentaram em cerca de 114 gigawatts a capacidade de geração de energia elétrica de baixo carbono, inclusive energia nuclear e hidrelétrica, bem como eólica e solar, quase o dobro dos 63 gigawatts acrescentados nos países- membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo a BNEF.

Seria de se esperar que a capacidade de geração subiria mais rapidamente nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos, porque as economias deles, de modo geral, estão crescendo de modo mais acelerado. O que é especialmente impressionante é que os investimentos das economias emergentes em capacidade de geração renovável ultrapassou agora seus investimentos em centrais movidas por combustíveis fósseis.

O fator decisivo para isso foi o processo de queda vertical do custo da energia renovável. O Relatório Renováveis 2018 da AIE, divulgado em outubro, disse que os preços das ofertas de compra de energia elétrica eólica e solar em leilões competitivos no mundo inteiro estavam caindo para US\$ 20 a US\$ 50 por megawatt/hora, o que os torna competitivos com investimentos em novas centrais a combustão de gás ou de carvão num número crescente de países.

Naturalmente, a variabilidade da geração eólica e solar permite concluir que pode-se esperar que os fatores ligados à capacidade sejam mais baixos que os de centrais movidas a combustíveis fósseis, o que significa que o menor volume de capacidade a carvão e gás tende, mesmo assim, a produzir mais energia elétrica do que nas novas geradoras de energia renováveis. Ainda assim, como destaca a BNEF, o apoio aos renováveis nas economias emergentes "constitui uma notável reviravolta em relação a dez anos atrás, quando os países mais

ricos do mundo respondiam pelo grosso dos investimentos em renováveis e pela atividade de implantação".

Armazenamento de energia se tornou o melhor novo investimento em tecnologia

Há muitos anos Bill Gates fala de seu interesse no problema do armazenamento de energia. As redes de eletricidade, que se tornam cada vez mais dependentes das energias eólica (que é inconstante) e solar, precisam encontrar meios para gerenciar essas flutuações e a armazenagem de energia via baterias e outras tecnologias deverá ser cada vez mais importante na manutenção de um abastecimento confiável.

A Breakthrough Energy Ventures, o fundo de US\$ 1 bilhão para novas tecnologias energéticas que Gates lançou em 2016, refletiu seu interesse na questão em junho, com seus dois primeiros investimentos, ambos em empresas de armazenamento de energia. Houve outra companhia de armazenamento na lista de sete investimentos adicionais que a Breakthrough anunciou em outubro, que também incluiu uma "start-up" que desenvolve energia de fusão nuclear e outra que está trabalhando em "sistemas geotérmicos aperfeiçoados".

Então, em dezembro, a Breakthrough liderou uma rodada de financiamento de US\$ 26 milhões para outra companhia, a Malta, que está desenvolvendo uma ideia de armazenamento de energia usando o calor gerado pelo derretimento de sal a altas temperaturas e o frio das baixas temperaturas de líquidos anticongelantes, para gerar energia usando uma máquina térmica.

Há muitas outras ideias para formas inovadoras de armazenamento por aí, incluindo um sistema que reboca blocos de concreto para o topo de edifícios quando há eletricidade excedente disponível, e então usa a descida para gerar energia quando necessário. Ainda estamos esperando que essas ideias se tornem comercialmente viáveis, mas se isso não acontecer, não será por falta de tentativas.

Os custos das baterias de íons de lítio vêm caindo rapidamente e a produção em grande escala, especialmente na China, deverá continuar reduzindo os custos através de economias de escala e o aprendizado pela prática. Mas mesmo assim, elas provavelmente continuarão sendo soluções caras para armazenamento estacionário, pelo menos nos próximos anos; compensam quanto aos custos em alguns usos específicos, como amenizar picos de demanda para empresas, mas não são uma resposta em grande escala ao problema da disponibilidade de energia sempre que ela for necessária.

A necessidade que Gates identificou por tecnologias superiores de armazenamento cria uma oportunidade enorme e provavelmente haverá um interesse sustentado pela resolução desse desafio. **(Tradução de Rachel Warszawski e Mario Zamarian)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Omega adquire eólicas

A Omega Geração anunciou na segunda-feira que assinou um acordo com o fundo de investimentos em participações (FIP) IEER, responsável por investimentos da Companhia de Energias Renováveis (CER), para aquisição do Complexo Eólico Assuruá, na Bahia, por R\$ 1,9 bilhão. Localizado na cidade de Gentio do Ouro, interior do Estado, o complexo é composto por 13 centrais eólicas, totalizando 303 megawatts (MW) de capacidade instalada, e está completamente operacional. Os projetos foram vencedores dos leilões de energia de reserva de 2013 e 2014 e entraram em operação comercial em abril de 2016 e fevereiro de 2018, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Eletrobras vai priorizar Angra 3 e Itaipu

A Eletrobras inicia 2019 livre das distribuidoras que sangraram o caixa da companhia e provocaram prejuízos bilionários nos últimos 20 anos. Concentrada agora apenas nas suas atividades centrais (geração e transmissão de energia) e com uma estrutura financeira menos alavancada, a maior empresa do setor elétrico da América Latina poderá voltar a investir em novos projetos. Dois temas ainda indefinidos, contudo, devem estar no topo da lista de prioridades para a empresa neste ano: Angra 3 e Itaipu.

"A companhia passa a ter uma perspectiva diferente, ao sair de um negócio no qual perdia dinheiro e passar a se concentrar em negócios nos quais é relevante, tem tamanho, expertise, capacidade de engenharia. A perspectiva a

partir desses eventos é muito positiva", afirmou o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, após o leilão de privatização da Ceal, arrematada pela Equatorial Energia, na sexta-feira. "Ano passado [2017], tivemos prejuízo de R\$ 4 bilhões com as distribuidoras. Agora, não teremos mais. Será bom para a Eletrobras, que vai deixar de perder esse total por ano."

Com relação à Angra 3, a expectativa, segundo o executivo, é realizar uma concorrência internacional no segundo semestre para definir o sócio que fará os investimentos restantes para terminar a obra, cujo índice de conclusão é de cerca de 65%. Ele, porém, sabe que ainda é preciso tratar do assunto com o novo governo. Isso porque uma ala da equipe de transição defendia um novo modelo para a retomada da usina, com participação maior, ou integral, da estatal.

"Estamos trabalhando com o pessoal do PPI [Programa de Parcerias de Investimentos] para fazer um certame internacional, imagino que faremos no segundo semestre do ano que vem [20-19]. Evidentemente, está entrando um novo governo temos que fazer a transição com eles", afirmou Ferreira Júnior.

Em 2018, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou um reajuste da tarifa de Angra 3, de cerca de R\$ 250 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 480/MWh, a fim de equilibrar as contas do projeto, permitindo sua reestruturação financeira e a atração de um investidor internacional. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a usina, cuja construção está paralisada desde 2015, após revelação de esquema de corrupção investigado pela força-tarefa da "Lava-Jato", está prevista para entrar em operação em 2026.

Com relação à hidrelétrica binacional de Itaipu, a preocupação é relativa à renegociação de um anexo no Tratado de Itaipu que rege sobre a comercialização da energia da usina, cuja uma parte é importada do Paraguai. O anexo expira em 2023. E, em agosto de 2018, foram iniciadas as tratativas entre os dois países sobre o assunto. "É importante destacar que Itaipu representa 17% do suprimento de energia [do Brasil], com preço competitivo e mais barata que a média. Certamente envidaremos esforços para manter a competitividade", explicou Ferreira Júnior.

Segundo ele, que já disse anteriormente ter interesse em continuar no comando da Eletrobras, ainda não há decisão sobre sua permanência. "Evidentemente que um novo governo começa na semana que vem [nesta semana], vamos conversar. Boa parte das nossas ações [na Eletrobras] surtiram bom efeito e precisamos saber o que o governo quer, se querem que eu continue".

Com o êxito no leilão da Ceal, a Eletrobras completou a venda de suas seis distribuidoras. No fim do processo, a Equatorial, a Energisa e o desconhecido consórcio Oliveira Energia / Atem ficaram com duas distribuidoras, cada um. A Equatorial ficou com Ceal e Cepisa (PI), consideradas as mais atrativas; a Energisa ficou com Ceron (RO) e Eletroacre (AC), e o Oliveira Energia/Atem arrematou a Amazonas Distribuidora de Energia (AM) e a Boa Vista Energia, tidas como as duas mais problemáticas.

Na última sexta-feira, o presidente da Equatorial, Augusto Miranda, disse que a aquisição da Ceal confirma a posição da companhia como consolidadora do setor de distribuição de energia. O grupo passa a atender quase 10% do total de consumidores brasileiros (7,5 milhões de clientes) e responder por 6,5% do mercado de distribuição do país (20,1 gigawatts-hora por ano).

"Equatorial e Energisa saem como os dois principais grupos de capital nacional com capacidade expressiva e número de consumidores no segmento de distribuição e tendo entrado também, em 2017 e 2018, no segmento de transmissão", afirmou o coordenador do Gesel/UFRJ, Nivalde de Castro.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	02/01/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curta

Conselho da Eneva muda

A Eneva, antiga MPX Energia, anunciou na segunda-feira a renúncia de Carlos Marcio Ferreira ao cargo de membro efetivo e presidente do conselho de administração. Ferreira tem 14 anos de experiência no setor de energia, com passagem por empresas do grupo Rede, CPFL Energia, e Elektro. Para o seu lugar na presidência, o conselho nomeou, de forma interina, José Aurélio Drummond Jr. A vaga de Ferreira no colegiado permanecerá vaga até a próxima assembleia geral de acionistas da companhia, que ainda será convocada. O BTG Pactual é hoje o maior acionista individual da Eneva com 27%, segundo o site da companhia. O segundo é a Cambuhy Investimentos (23%)

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/01/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Um ano difícil para as empresas sucroalcooleiras**

Entre as empresas que atuam no segmento sucroalcooleiro listadas na B3, a Cosan - sócia da Shell na Raízen Energia, maior empresa produtora e exportadora de açúcar do mundo - e a São Martinho perderam valor de mercado em 2018. E isso principalmente por causa da queda do açúcar, cujos preços internacionais desceram ao menor patamar em uma década e minou a rentabilidade das exportações.

Em meados do ano, os contratos futuros do açúcar negociados em Nova York chegaram a visitar a casa dos 10 centavos de dólar a libra-peso, em meio a uma produção sem precedentes na Índia. É verdade que os preços do etanol foram, em média, melhores do que em 2017 no Brasil, mas esse ganho foi insuficiente para compensar a deterioração da rentabilidade com as exportações de açúcar, que também poderia ter sido maior não fosse a valorização do dólar.

A Cosan, que também tem negócios nas áreas de logística, lubrificantes e combustíveis, perdeu R\$ 3,3 bilhões em valor de mercado na bolsa e terminou o ano com R\$ 13,6 bilhões. Embora o grupo tenha aumentado sua receita no acumulado dos três primeiros trimestres de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, a rentabilidade foi menor.

A companhia faturou mais com a distribuição de combustíveis e com a venda de gás e lubrificantes, mas sofreu com a redução das margens de distribuição - especialmente após a greve dos caminhoneiros - e com o aperto nas margens da Raízen Energia, negócio que tem forte contribuição para seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). Além disso, o mercado interno de combustíveis do ciclo Otto teve um desempenho muito mais fraco que o inicialmente esperado pelos agentes de mercado. As ações do grupo encerraram o ano em queda de 17,1% em relação a 2017, a maior dentre as companhias que atuam na área de cana.

O Grupo São Martinho, por sua vez, perdeu R\$ 404 milhões em valor de mercado em 2018 e encerrou o ano avaliada em R\$ 7 bilhões. A queda das ações da companhia foi menor, da ordem de 3,3%. Mas o fato é que, até o fim do segundo trimestre desta safra 2018/19, o aumento da aposta da empresa em etanol ainda não compensava a perda de receita com as vendas de açúcar.

Já a Biosev foi um ponto fora da curva entre as empresas do ramo em 2018. Após sua controladora, a Louis Dreyfus Company (LDC), realizar um aporte equivalente a R\$ 3,5 bilhões em março (ainda no exercício fiscal anterior) para pagar parte da dívida da sucroalcooleira brasileira e reforçar o caixa, o valor de mercado da companhia aumentou R\$ 2,1 bilhões, para R\$ 3,1 bilhões.

Mas o aumento de capital da LDC não foi acompanhado pelos demais acionistas. Com isso, a fatia das ações da Biosev negociadas na B3 ("free float"), que já era baixo, passou para 6%, reduzindo de forma considerável a liquidez dos papéis. Ainda assim, sem essa operação, o valor de mercado da Biosev teria caído em 2018, já que as ações da companhia encerraram o ano com desvalorização de 32,2%. A partir do fim do terceiro trimestre do ano os papéis ainda ganharam algum ímpeto com a venda das duas usinas que a empresa tinha no Nordeste, o que injetou mais R\$ 270 milhões no caixa da companhia. Mas não foi suficiente para evitar a forte queda observada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/01/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Estatais se destacam em ano de alta da bolsa

No ano em que o Ibovespa subiu 15%, as estatais do índice ganharam mais de 40% em valor de mercado. Esse é um dos melhores desempenhos dessas companhias dos últimos anos, atrás apenas de 2016 - ano de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. O movimento ao longo de 2018 não aconteceu sem uma boa dose de instabilidade, em meio a eventos como a greve dos caminhoneiros e a piora do ambiente no exterior. Mas a tendência positiva tem tudo para se repetir em 2019, desde que cumprida a agenda que inclui venda de ativos e ganho de eficiência, prometida pelos governos que agora tomam posse.

Em conjunto, BB, Cemig, Copel, Eletrobras, Petrobras e Sabesp passaram a valer R\$ 533,7 bilhões em bolsa, ante R\$ 373 bilhões no fim de 2017, avanço de 43,1%. É a segunda maior valorização anual numa série histórica desde 2010, perdendo apenas para a alta de 94% em 2016. Naquele ano, as estatais valiam R\$ 358 bilhões, contra R\$ 185 bilhões no ano anterior.

A maioria das companhias públicas de capital aberto do Ibovespa também teve em 2018 uma valorização superior ao próprio índice - só a Sabesp caiu (-5,94%) no acumulado do ano. Cemig, Banco do Brasil e Petrobras ficaram, inclusive, entre as dez ações com maior avanço no ano.

Segundo David Beker, chefe de economia e estratégia do Bank of America Merrill Lynch (BofA) no Brasil, as estatais já precificaram em boa medida tanto as perspectivas para a melhora da situação das contas públicas, quanto para as novas gestões em cada companhia. Mesmo assim, há muito espaço para ganhos, diz, porque o nível de desconto desses papéis contra pares privados no Brasil e no exterior ainda é bastante elevado. O Banco do Brasil, por exemplo, é negociado com uma relação de preço e valor patrimonial por ação de 1,2 vez - contra uma média de 2 vezes entre 2003 a 2011, na era Lula.

Para André Martins, analista do segmento na XP Investimentos, o desconto das estatais em relação a seus pares privados é justificado - e, no caso dos bancos, faz sentido pagar menos por uma ação como a do BB após as políticas monetária e econômica adotadas entre 2013 a 2015. Naquele período, o afrouxamento monetário provocou uma expansão "muito rápida e precipitada" do crédito, o que fez disparar a inadimplência, sobretudo em pequenas e médias empresas. Nem o BB e nem o país, diz ele, estavam preparados para a oferta de crédito naquelas condições.

"Agora, as coisas são diferentes, com operações bem mais enxutas e rentabilidade", diz. "O BB é o que tem mais a ganhar. O mercado já se antecipou à expectativa com o novo governo, mas ainda tem grande chance de o banco entregar resultados melhores do que o esperado em 2019 e 2020. O juro está estabilizado em patamares baixos, mas um pequeno impulso da economia já é suficiente para garantir ganhos, via expansão do crédito."

A performance não deve ocorrer de maneira horizontal nessas companhias, mas, como as perspectivas para a agenda do novo governo são melhores, isso já representa um potencial que tais empresas não experimentam há bastante tempo. No caso de Petrobras, gestores dão ênfase ao forte desempenho em um ano de alta modesta do petróleo - em 2018, o contrato do Brent para março caiu cerca de 20%, enquanto o WTI para fevereiro cedeu cerca de 24%.

Para o analista Gabriel Fonseca Francisco, também da XP Investimentos, a chegada de Roberto Castello Branco à presidência da estatal dá continuidade ao legado deixado por Pedro Parente e Ivan Monteiro, que lideraram a abordagem mais independente na política de preços de combustíveis e vendas de ativos. "Em termos de receita, a empresa é tomadora de preço, que oscila de acordo com o petróleo. Mas a linha de custos teve uma importante melhoria e a eficiência também aumentou, então existe um potencial grande para o ano que vem", diz. "Não vemos espaço para uma agenda negativa."

No setor elétrico, a Eletrobras continua com boas perspectivas em meio às vendas de distribuidoras e com a possível desestatização da companhia, mas os sinais de hoje não permitem apostar totalmente na ideia de continuação dessa

agenda - e uma das peças-chave para os papéis será a nomeação do próximo diretor-presidente. Wilson Ferreira Júnior já declarou que ainda não foi decidido se permanecerá ou não no comando da elétrica.

Já no caso da Cemig, há grandes chances de redução de custos, pessoal, serviços e outros gastos, sobretudo com a entrada de um governo que tem interesse na privatização - Romeu Zema (Novo) foi eleito governador com a promessa de fazer uma gestão bastante pró-mercado. A desestatização em si é um processo mais difícil, reconhecem especialistas, porque dependeria de plebiscito para alteração da constituição estadual mineira. "Mas a melhora da eficiência, com venda de ativos, é uma realidade possível", afirma Francisco.

Para Waldir Serafim, sócio-gestor da Navi Capital, o setor de energia já precificou em boa medida o assunto privatização, mas o risco político menor dá a essas empresas um caminho muito bom em 2019. Ele destaca, porém, que é preciso cuidado com o "voo de galinha" que as estatais poderiam fazer em bolsa, se não houver aprovação de pautas que fizeram o mercado olhar para esses papéis, caso da reforma da Previdência.

"Estatais têm um risco grande que são as oscilações pelas questões políticas, mas são papéis que me parecem atrativos, porque o 'valuation' [avaliação de preços] está bom", afirma Jerson Zanlorenzi, estrategista de renda variável do BTG Pactual Digital. "É o momento de estar posicionado em setores atraentes, à espera da aprovação de alguma reforma em fevereiro ou março."

Apesar do otimismo, o investimento em estatais é seletivo para algumas casas, justamente pela volatilidade a que esses ativos estão sujeitos. Pablo Riveroll, chefe da área de renda variável para América Latina e Brasil da Schroders Investment Management, afirma que a carteiras sob sua gestão têm alocação relativamente mais cuidadosa nessas companhias, porque o potencial de ganho não é tão claro e muda caso a caso. "Gostamos de alternativas [em estatais] que têm potencial para serem completamente privatizadas, mas isso também depende da qualidade do ativo", diz o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/01/2019

Seção: Política

Autor: Robinson Borges | De São Paulo

Título: Disciplina militar pode ser eficiente na infraestrutura

Duas áreas têm potencial de mostrar algum resultado nos próximos anos do governo Jair Bolsonaro (PSL): infraestrutura e segurança. Esta é a avaliação do

cientista político João Roberto Martins Filho, professor da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e especialista em questões militares.

A favor dos militares está a grande familiaridade com a burocracia e o planejamento, características que fazem a diferença para projetos de infraestrutura, afirma Martins Filho. Outro ponto a ser considerado é que o alto déficit nessa área beneficia o cenário, pois apenas poucas realizações já ganhariam destaque.

Na segurança, o capital político do ministro Sérgio Moro, com competência para combater o crime organizado e a corrupção, pode ter efeito prático positivo, observa o professor da Ufscar. O ex-juiz teria condições de "mostrar serviço", diz, "se tiver carta branca e atacar a questão-chave, o financiamento do tráfico, que passa pelo sistema financeiro".

Autor dos livros "Movimento Estudantil e Ditadura Militar" e "O Palácio e a Caserna", Martins Filho considera alto o número de seis militares no primeiro escalão do governo e diz que a taxa de sucesso deve ser maior quanto mais técnica e menos política for a área comandada por um militar.

Na entrevista a seguir, ele chama atenção para o fato de generais do Exército estarem mais próximos de Bolsonaro do que integrantes da Marinha e da Força Aérea. "Não se sabe exatamente qual vai ser a evolução política do Brasil nos próximos anos, e um comprometimento direto com o governo pode comprometer as Forças se o governo não der certo", diz o professor. "Vejo a Marinha e a Força Aérea um pouco mais cautelosas."

Uma preocupação de Martins Filho é na área de política externa do presidente Bolsonaro, que começa em tom de controvérsias, com o projeto de transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. "Se o governo cumprir o que está prometendo, vai ser um desastre. Inclusive com o risco efetivo de atentados no Brasil", afirma.

"Vejo a Marinha e a Força Aérea mais cautelosas. Não se sabe exatamente qual vai ser a evolução política do Brasil"

Leia, a seguir, trechos da entrevista concedida ao **Valor**:

Valor: *O governo Bolsonaro começou com seis militares no primeiro escalão. O general Figueiredo assumiu com sete ministros militares ou de origem no Exército. No governo do general Geisel eram seis, além do vice-presidente, também um general. No de Médici, oito, incluindo o vice, um almirante. Costa e Silva também teve oito e Castelo Branco, cinco. Qual o peso e qual deve ser a influência dessa categoria?*

João Roberto Martins Filho: Isso é consequência do enfraquecimento da classe política. Entraram nesse vazio. Quando a gente pensa no número de militares que havia nos governos militares, tem que levar em conta que ali havia um ministro do Exército, um da Marinha, um da Aeronáutica. Havia ainda o chefe do SNI e o chefe do gabinete militar, que eram obrigatoriamente militares. No caso do Brasil hoje em dia, são três comandantes militares, que não são ministros, não existe mais o gabinete militar, então o número de militares é muito alto. Um ponto importante é que são militares do Exército. Há um **almirante [Bento Costa Lima Leite, ministro de Minas e Energia]** e um deles, que supostamente seria representante da Aeronáutica, tinha saído da vida militar.

Valor: *O senhor se refere ao ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, astronauta que foi tenente-coronel da Força Aérea?*

Martins Filho: Sim, ele é um ponto fora da curva. Outro fator que tem de ser considerado é que Bolsonaro tem uma carreira peculiar no Exército. Foi afastado da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, depois disso, saiu. Saiu para concorrer a vereador e fez outra carreira. Inicialmente seu eleitorado era militar. Falava para essa família militar no Rio. Ele ficou 29 anos na vida política e 12 anos no Exército. Mas o presidente tem essa característica, fala "nós, do Exército"; "nós, das Forças Armadas".

Valor: *O que é possível esperar da atuação dos militares no governo Bolsonaro?*

Martins Filho: Não se deve descartar a possibilidade de haver sucesso em algumas áreas. Os militares estão acostumados a trabalhar de forma muito burocrática, organizada, fazer planejamento. Na infraestrutura, por exemplo, estava tudo muito ruim. Você via grandes projetos, como o trem-bala, mas sabia que havia por trás um comprometimento com as empreiteiras. Não sabia qual era a prioridade: fazer o trem-bala ou atender às empreiteiras. Na infraestrutura, o Brasil está fazendo tão pouca coisa que colocar um militar na infraestrutura tem tudo para dar certo. Nas outras áreas, nós já não sabemos.

Valor: *Quais áreas o senhor acha que poderiam ser mais críticas?*

Martins Filho: Quanto mais política for a área, maior o risco; quanto mais técnica, menor o risco.

Valor: *O senhor considera que o presidente Bolsonaro acertou ao escolher como um dos grandes temas de sua administração o combate ao crime organizado e à corrupção e ao ter chamado o ex-juiz Sérgio Moro para comandar o Ministério da Justiça e Segurança?*

Martins Filho: Foi uma cartada importante. Não há dúvida de que o ex-juiz Sérgio Moro tem prestígio em setores da população, não em todos, mas tem prestígio. Deve ter imposto condições para aceitar. Tem chance de mostrar serviço, se tiver carta branca e atacar a questão-chave, o financiamento do tráfico, que passa pelo sistema financeiro. Seriam duas áreas em que é possível mostrar resultados: a infraestrutura e um ataque à parte financeira do crime organizado.

Valor: *Apesar de o comandante Eduardo Villas Bôas ter pedido a nomeação de um civil para o Ministério da Defesa, foi indicado Fernando Azevedo e Silva, um general do Exército. Qual é a diferença de os militares terem liderança civil e liderança militar?*

Martins Filho: A ideia de controle civil-militar numa democracia é que quem manda é o presidente da República. Ele nomeia um ministro civil, mas é o chefe das Forças Armadas. O Ministério da Defesa não foi criado para ter um militar. Um segundo problema é que provavelmente os brigadeiros e almirantes não têm nada para gostar de ser chefiados por um general. Para eles, era melhor ser um civil, porque teria de negociar com as três Forças Armadas. Chegou-se a pensar que Bolsonaro nomearia um almirante, para agradar, também, a Marinha, mas acabou nomeando um general.

Valor: *Na sua opinião, que tipo de implicações esse contexto traz?*

Martins Filho: Tanto a Força Aérea quanto a Marinha têm grandes projetos tecnológicos em curso, que vão se concretizar em 10, 20 anos, quando os governos já mudaram. Mas uma coisa que está sendo pouco destacada é que quem está se comprometendo mais com o governo Bolsonaro é o Exército. Se eu perguntar a você o nome de um brigadeiro ou almirante, dificilmente você vai lembrar. Mas já se lembra de quatro ou cinco generais do Exército.

Valor: *Por que o Exército apoia mais claramente o governo e que questões isso suscita?*

Martins Filho: Ele [Bolsonaro] saiu do Exército. O próprio Ernesto Geisel, numa entrevista que deu a um livro chamado "Geisel", critica Bolsonaro. Fala que é o único exemplo de militar que foi para política. Não elogia a carreira militar dele, tanto que ele saiu, foi afastado. Mas tem uma característica interessante: boa parte dos generais que Bolsonaro chamou são contemporâneos dele, [se tivesse continuado no Exército] Bolsonaro seria general hoje na mesma turma deles. São pessoas com as quais manteve uma certa camaradagem.

Valor: *Que relação o senhor estabelece entre os projetos de longo prazo da Marinha e da Força Aérea e o apoio ao governo Bolsonaro?*

Martins Filho: Vejo a Marinha e a Força Aérea um pouco mais cautelosas. Porque não se sabe exatamente qual vai ser a evolução política do Brasil nos próximos anos, e um comprometimento direto com o governo pode comprometer as Forças se o governo não der certo. Tenho certeza de que houve ampla votação no Bolsonaro nas três Forças, mas institucionalmente talvez não valesse a pena um compromisso tão explícito, ou seja, tendo tanta gente no governo. Ficariam muito expostos. O que a gente ouve agora são gerais para tudo quanto é lado.

Valor: *O vice-presidente, Hamilton Mourão, é um general da reserva. Qual deve ser o seu papel no governo Bolsonaro?*

Martins Filho: Ele [Bolsonaro] buscou legitimidade na instituição militar que deixou há 29 anos [ao escolher Mourão]. Na fase de transição, por exemplo, o que se pôde ver é que os filhos de Bolsonaro tiveram papel importante na articulação política. Mas o vice deixou claro que não vai baixar a cabeça, vai continuar falando.

Valor: *O senhor tem chamado atenção para o fato de o vice ser um militar e que é o segundo na linha sucessória...*

Martins Filho: O vice é general. Se por qualquer eventualidade assumir, as Forças Armadas vão ter que respaldá-lo, mais do que agora. Esse é um risco que sempre existe. Institucionalmente elas se comprometeriam com o governo, coisa que até agora não ocorreu. Quer dizer, os gerais, [sim], mas a instituição Exército ainda não se manifestou. Aí é um outro quadro.

Valor: *O senhor vê algum risco para a democracia?*

Martins Filho: Não teríamos um capitão que saiu do Exército há 29 anos. Teríamos um general que saiu do Exército há três anos.

Valor: *Pesquisas de opinião já mostraram que as Forças Armadas são as instituições em que os brasileiros depositam mais confiança, enquanto o Congresso, a Presidência e os partidos políticos caíram em descrédito. Como o senhor vê essa queda de prestígio da política e essa elevação da reputação das Forças Armadas?*

Martins Filho: No Brasil, poucas pessoas conhecem o que foi, efetivamente, o governo militar [1964-1985], e agora tem uma tendência, como a do general Heleno [Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ministro do Gabinete de Segurança Institucional], que falou "o chamado regime militar". Mas a exposição que eles [militares] vão ter agora os coloca em risco. Você podia dizer que tinham prestígio porque estavam, discretamente, cumprindo sua função. O Brasil não tem guerra, não tem inimigos no mundo, mas tem uma espécie de seguro: caso

haja algum problema, temos um seguro; só o usamos quando for necessário. Agora, não, temos generais falando o tempo todo. Inclusive o vice-presidente.

Valor: *O presidente e seus aliados defendem a flexibilização do Estatuto do Desarmamento. Como o senhor vê essa questão no debate público?*

Martins Filho: São propostas que, se houver um plebiscito, vencem. No entanto, é preciso ouvir as pessoas que entendem do assunto. O Brasil já tem uma taxa de homicídio assustadora. Proporcionalmente, tem 20 vezes mais homicídios do que Portugal, por exemplo. Em Portugal morrem 150 pessoas por homicídio por ano. No Brasil são 60 mil. É lógico que a população quer que resolva isso. É a área do Moro, e acho que vai ser outra coisa. Tem a possibilidade de dar certo, porque Sérgio Moro vai ter muito poder.

"Se o governo cumprir o que promete [na área externa], vai ser um desastre. Com o risco de atentados"

Valor: *Com o fim da intervenção militar no Rio de Janeiro, como o senhor acha que deve ficar a questão da segurança, agora, na região?*

Martins Filho: Ele é aliado do governador [Wilson Witzel]. Se for feito o que o juiz [Moro] está falando que vai fazer, acho que há a possibilidade de estrangular financeiramente [os traficantes]. Eles estão envolvidos em tudo, até em especulação imobiliária. Para onde vai esse dinheiro? São pelo menos três coisas [a serem feitas]: tem que ter polícia que funcione, não é o caso do Rio. Tem que ter controle, estrangular a circulação financeira deles. E tem que ter investimento pesado nas comunidades, porque eles fornecem os serviços que as comunidades precisam. Acho que a parte de controle de atividades financeiras vai ocorrer. As outras vão depender do governo do Estado; de dinheiro, que o governo não tem; de vontade política para resolver sem muito alarde.

Valor: *Qual a sua expectativa, de maneira geral, em relação ao novo governo?*

Martins Filho: Acho que Bolsonaro, pessoalmente, não tem muita experiência administrativa. Isso é uma coisa para se verificar. Por outro lado, ele fez promessas para gregos e troianos. Você não sabe exatamente quem vai ser atendido, mas agradar a todo mundo não vai ser possível.

Valor: *Durante a campanha eleitoral, especificamente, houve muita gente considerando um déficit democrático a eleição de Bolsonaro. O senhor corrobora com essa análise?*

Martins Filho: Considerando o discurso dele e as posturas que teve com relação à ditadura militar, ao uso de violência, da tortura, sobre direitos de minorias,

questão ambiental, das terras indígenas, que são temas globais, acho que o mundo está preocupado com os rumos do Brasil. Como cientista político, acho que vamos depender das instituições democráticas colocarem limites ao governo quando ele quiser passar o limite do que a Constituição permite ou não.

Valor: *Algumas propostas no plano da política externa do presidente são bastante controversas, como a transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Que tipo de impacto pode haver se o projeto prosperar?*

Martins Filho: Se o novo governo cumprir o que está prometendo, vai ser um desastre. Inclusive com o risco efetivo de atentados no Brasil. Transferir a embaixada para Jerusalém, endurecer com a China, com Cuba, que já gerou a retirada de 8 mil médicos. Você pode ver na pesquisa Ibope, a população está preocupada com saúde. Fazer uma política de imigração ou ambiental que não é a hegemônica no mundo hoje vai ser um desastre. O Brasil seguiu, durante cem anos, alguns princípios básicos de política externa que vão ser, agora, modificados.

Valor: *Quais os efeitos colaterais dessas mudanças?*

Martins Filho: Um deles é que o Brasil não é um país que existe como alinhado, por exemplo, aos Estados Unidos. O Brasil não tem nenhum passivo de conflito com o resto do mundo. Se não for só retórica e passar para a política externa brasileira, vamos ter problemas muito sérios. Ele [Bolsonaro] tem de optar. Se mantiver a retórica, isso é bom, porque aparece como uma pessoa que prometeu e está cumprindo. Mas, por outro lado... Por exemplo, as exportações do Brasil para o mundo árabe [a comunidade árabe é contrária à mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém].

Valor: *O senhor é um crítico, desde sempre, do Ministério da Defesa. Diz que nem os governos Fernando Henrique e Lula apresentaram um plano para a área. Qual deve ser a atuação da pasta?*

Martins Filho: Deveria ser uma política civil de defesa. É Ministério da Defesa, não é Ministério das Forças Armadas nem qualquer coisa ligada à segurança. A segunda coisa é que deveríamos consolidar uma nova tradição, em que as Forças Armadas cuidariam da defesa nacional. O próprio Villas Boas falou que eles não gostam da atividade interna. Se você for contar, foram anos com participação em Garantia de Lei e da Ordem [GLO]. Por outro lado, houve muita rotação de ministro. A gente não tem ainda uma coisa bem estabelecida de comando civil. Você tem que ter legitimidade democrática para comandar, quando for o caso, com energia. Mas há uma coisa que foi boa, a criação de

projetos tecnológicos de longo prazo. O Brasil pretendia ter uma estatura no mundo, então precisava ter defesa. Com a Amazônia e com tudo. No entanto, pode reparar que, no caso do Exército, quase não tem esses projetos grandes.

Valor: *Alguns projetos envolvem relações bilaterais, como com a Suécia, pela compra dos caças Gripen NG pelo Brasil.*

Martins Filho: E isso está mantido. Tiveram que ter relações com grandes empreiteiras, porque a Marinha construiu um estaleiro enorme. Eu me lembro que visitei a coordenação do projeto do submarino nuclear no Rio de Janeiro. E o coordenador falou: "O TCU está funcionando. Estamos fazendo o controle das contas aqui. Tem gente aqui dentro, para não ter problema". Aparentemente, está sendo bem feito. Nessa parte eles têm tradição de eficiência.

Valor: *Qual é a expectativa do senhor com a gestão do ex-astronauta Marcos Pontes no Ministério da Ciência e Tecnologia?*

Martins Filho: Acho que ele é uma incógnita completa. Em termos de política, ciência e tecnologia, está no ar ainda. Todas as associações científicas estão preocupadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/01/2019

Seção: Política

Autor: Cristian Klein | Do Rio

Título: Bolsonaro é primeiro presidente eleito com base política no Rio

Jair Messias Bolsonaro, de 63 anos, é o primeiro presidente eleito, em quase 130 anos de República, que construiu sua carreira política no Rio. Apesar de nascido em Glicério, no interior de São Paulo, foi no eleitorado carioca e fluminense que ele amejou votos, primeiro, para se eleger vereador da capital, e depois deputado federal por sete mandatos consecutivos. Antes do 38º presidente da República, o Executivo federal já foi comandado por dois governantes que fizeram carreira no Rio, mas nenhum com voto popular. Nilo Peçanha - que assumiu a Presidência em 1909 e governou por 17 meses depois da morte de Afonso Pena - foi eleito como vice. E João Figueiredo, em 1979, chegou ao Planalto como último general da ditadura militar, sem vitória nas urnas. Capitão reformado do Exército, Bolsonaro é o terceiro presidente com origem militar eleito pelo voto direto, depois de Hermes da Fonseca (1910) e Eurico Gaspar Dutra (1945).

O ineditismo de Bolsonaro chama atenção pelo fato de o Rio de Janeiro, terceiro Estado mais populoso do país, ter sido a unidade da Federação mais próxima do poder central, enquanto a cidade foi, por 70 anos, capital da República. Além do carioca João Figueiredo e de Nilo Peçanha - que nasceu em Campos dos Goytacazes e foi senador e presidente do Rio, cargo equivalente ao de governador - outros três presidentes da República nasceram no Rio: Washington Luís, em Macaé, e Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, ambos na capital. Os três, porém, fizeram carreira fora do Estado: Collor em Alagoas, e Washington Luís e FHC em São Paulo. A política paulista é a que produziu mais presidentes, sendo oito eleitos como titulares, além do ex-vice Michel Temer.

Com Bolsonaro, o atual protagonismo do Rio é acentuado de duas maneiras. A primeira pela indicação de um time de ministros e presidentes de bancos públicos e estatais com origem ou domicílio na capital fluminense. É uma mudança substancial depois de duas décadas e meia de predomínio de PT e PSDB, partidos fundados na capital paulista, e que formaram gabinetes por vezes chamados de "paulistérios".

A começar por Paulo Guedes, o "superministro" da Economia, o Rio é a cidade onde moram o **almirante Bento Costa Lima Leite (Minas e Energia)**, Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral da Presidência) e o general Fernando Azevedo e Silva (Defesa). Fora da Esplanada, outros expoentes da administração Bolsonaro têm residência na cidade: Roberto Castello Branco (Petrobras), Rubem Novaes (Banco do Brasil), Pedro Guimarães (Caixa Econômica Federal), Joaquim Levy (BNDES), Roberto Campos Neto (Banco Central) e Carlos von Doellinger (Ipea). Vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão (PRTB) é um gaúcho morador de Ipanema.

No governo Bolsonaro, a "República do Rio" também se estenderá ao Poder Legislativo, caso Rodrigo Maia (DEM) se reeleja presidente da Câmara. No Judiciário, três dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal são cariocas: Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello.

A chegada do capitão reformado do Exército ao Planalto é marcada ainda pela atuação dos filhos políticos. O primogênito Flávio (PSL-RJ), de 37 anos, depois de quatro mandatos como deputado estadual, elegeu-se senador; e Carlos (PSC-RJ), com 36 anos, é vereador na capital há 18 anos. Ambos moram na Barra da Tijuca - Carlos no mesmo condomínio do pai. O terceiro filho político, Eduardo (PSL-SP), 34 anos, reelegeu-se deputado federal, com domicílio eleitoral em São Paulo, mas tem apartamento em Botafogo.

Para Carlos Fico, professor titular de história do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a base política de Bolsonaro e o fator regional são uma

peculiaridade, mas o que considera um risco à estabilidade é a ausência de políticos do Norte e Nordeste nos principais postos do governo. "Isso é um problema, uma vez que estas regiões têm grandes bancadas no Congresso e há uma falta de habilidade política ao partido do presidente. Os governadores do NE não vão à posse."

O historiador lembra que "há muito tempo o Rio não tem gerado políticos de expressão nacional". Mas, para além da questão geográfica, o que deve ser destacado como marca do próximo governo, afirma Fico, é a ascensão de um presidente oriundo do baixo clero do Congresso que representa um forte anti-intelectualismo e um movimento da população contra a elite. "Houve uma onda conservadora, não só contra os políticos, mas contra as elites em geral. A eleição de Bolsonaro é maior que uma onda antipetista", diz.

Para Fico, o novo presidente é "personagem desse anti-intelectualismo" contra as elites formuladoras de políticas públicas que não satisfizeram a população. "Mais do que desconfiança, é um descontentamento contra qualquer formulador. Esse ressentimento - que não viu solução para problemas básicos, como atendimento hospitalar e segurança, mesmo quando a economia melhorou - explodiu agora."

O professor diz que Bolsonaro personifica um movimento que se volta contra políticos, mas também contra intelectuais, jornalistas críticos e defensores de direitos humanos. "Mas dos políticos ele vai precisar", destaca. Fico acredita que o governo "tem muita gordura para queimar", dada a votação expressiva e por ter se cercado de figuras simbólicas para a população, como o ex-juiz Sérgio Moro no ministério da Justiça. Bolsonaro, analisa Fico, é "um homem da Câmara", e tem condições de lidar com ameaças do Congresso e evitar processos de impeachment como os de Dilma Rousseff e Collor. "Esse tipo de risco ele não corre. Mas ele representa uma combinação explosiva de autoritarismo com inexperiência", diz.

Para Fico, o governo de Bolsonaro, nesse sentido, não se assemelha à chegada ao poder de Getúlio Vargas, em 1930, nem à dos militares, em 1964. "É bem diferente. Eles contavam com um aparato intelectual, de formuladores, que já vinham se planejando com empresários que financiavam a Escola Superior de Guerra (ESG). E em 1964 não havia necessidade de negociação com o Congresso", diz. Enquanto o grupo de Bolsonaro foi "formado às pressas", o de Getúlio Vargas foi resultado de uma ampla mobilização. "Além disso, ele já tinha sido governador do Rio Grande do Sul, ministro da Fazenda. Era um político habilidoso. E, apesar de bastante autoritário, criou a Justiça eleitoral, permitiu o voto das mulheres, oxigenando a democracia, não obstante o Estado Novo, em 1937, ter instaurado uma ditadura."

Para o especialista, o governo que mais se aproxima ao de Bolsonaro é o de Collor, pela falta de experiência e voluntarismo de quem "acabaria com a inflação com um golpe de caratê". "Sem falar do perfil antipartidário e autoritário, que em Bolsonaro é maior do que em Collor", diz. Para Fico, o governo Bolsonaro, com forte presença de militares no primeiro escalão - sete dos 22 ministros já passaram pelas Forças Armadas -, não representa um risco à democracia. "Mas serão anos de sobressaltos. Vai ser preciso controle de danos. Vamos ter, todos, muito trabalho para dar estabilidade às instituições democráticas", diz.

Fico afirma que há semelhanças entre Bolsonaro e o "certo emocionalismo" de Collor, que também falava do combate à corrupção, "que surge como instrumento eleitoral". Outro ponto em comum seria a inexperiência de ambos que se reflete na redução de ministérios. "Não se trata de reforma administrativa, é paralisia. Até que se saiba que órgão vai responder a qual estrutura, já se passaram meses. Mas isso atende ao fato de que não há quadros. A superministra de Collor [Zélia Cardoso de Mello] era economista do segundo time. O de Bolsonaro é muito controvertido na academia", compara.

MME / ASCOM .